



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026

CÂMARA DE SANTA BÁRBARA D'OESTE-SP

UASG 926776

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

OBJETO:

Contratação de empresa especializada no fornecimento gêneros alimentícios - café moído, açúcar, chás, adoçante e água mineral de copo 200ml - conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 20/05/2026 (quarta-feira) às 09h00 (horário de Brasília), através do sítio eletrônico compras.gov.br.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ R\$ 37.498,43 (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos)

TIPO DE AJUSTE: Contrato (12 meses)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado (os lances serão realizados pelo preço total).

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico de compras do governo federal (Compras.gov) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026

UASG 926776

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE-SP, por meio da Diretoria Administrativa, sediada na Rodovia SP 306 n.º 1001, Bairro Jardim Primavera – Santa Bárbara d'Oeste – SP - CEP: 13451-902, telefone: (19) 3459-8900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do Tipo MENOR PREÇO, com **CERTAME EXCLUSIVO** para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, no dia 20 de maio de 2026 (quarta-feira), às 09h00 (horário de Brasília/DF).

1. DO OBJETO:

- 1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento gêneros alimentícios - café moído, açúcar, chás, adoçante e água mineral de copo 200ml - conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lotes.
- 1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico de compras do governo federal (Compras.gov) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.
- 1.4. A Descrição completa do Objeto encontra-se no Anexo 1 – Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação neste Pregão **É EXCLUSIVA** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.7.2. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.7.5. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.7.10. Cooperativas de mão de obra para a prestação dos serviços objeto desta contratação.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

2.9. O impedimento da pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A vedação de participar da licitação de Agente público do órgão ou entidade licitante, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

2.11. ASSINATURA ELETRÔNICA

2.11.1. Tratando-se de interação com órgão público, somente serão aceitos e analisados os documentos exigidos neste Edital que contenham assinatura eletrônica, de modo a dar validade jurídica aos documentos apresentados, nos termos da Lei Federal 14.063/2020. As assinaturas eletrônicas exaradas em documentos eletrônicos ou documentos nato digitais, devem estar em conformidade, prioritariamente, com o artigo 2º, inciso II, art. 4º e art. 5º, da Lei 14.063/2020.

2.11.1.1. Os documentos que serão exigidos assinatura eletrônica são:

- Proposta detalhada de preços (Anexo II)

2.11.2. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

2.11.3. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico, inclusive pelo assinador Gov.br;

2.11.4. Os licitantes que apresentarem proposta e documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados, serão desclassificados e/ou inabilitados

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A falsidade da declaração de enquadramento em ME/EPP sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do lote, observado o critério de julgamento que é de MENOR PREÇO POR LOTE (3 lotes) sendo que a disputa pelo menor preço na sessão de lances irá ocorrer pelo valor total de cada lote,

- **Lote 01** - R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais);
- **Lote 02** - R\$ 2.942,43 (Dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos);
- **Lote 03** – R\$ 11.556,00 (Onze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais).

4.1.2. Se optar pela descrição do objeto, incluir as informações similares às especificações do Termo de Referência, sendo que não poderá haver qualquer elemento que possa identificar a empresa licitante.

4.1.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico de compras (Compras.gov) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Caso a sessão se prolongue, poderá haver intervalo entre as 12:00 e 13:00 e as 18:00 e 09:00 do dia útil seguinte, comunicado pelo pregoeiro através do chat.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote, observado que o critério de julgamento é o de MENOR PREÇO POR LOTE.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Itens do Lote 01: R\$ 0,01 (um centavo).

Itens do Lote 02: R\$ 0,01 (um centavo).

Itens do Lote 03: R\$ 0,01 (um centavo)

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O envio de lances neste pregão eletrônico irá observar o modo de disputa “aberto e fechado”, de forma que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.10.5.1. O sistema poderá reiniciar a fase fechada de lances caso as propostas que inicialmente passaram pela fase fechada sejam desclassificadas.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

5.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

5.17.2.1. Empresas estabelecidas no território de Santa Bárbara d'Oeste-SP;

5.17.2.2. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.17.2.3. Empresas brasileiras;

5.17.2.4. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.5. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.17.3. Persistindo o empate, será realizado Sorteio, nos termos definidos na plataforma compras.gov.br e IN/SEGES nº 79/2024;

5.17.4. Caso a parametrização do sistema [compras.gov](http://compras.gov.br) dê preferência para a execução do sorteio ao invés da preferência por localidade, o pregoeiro deverá proceder à desclassificação temporária do participante sorteado para priorizar o regulamento municipal e o edital. O licitante temporariamente desclassificado será regularizado caso a empresa priorizada tenha sua proposta desclassificada, ou seja, inabilitada.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

5.18.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta ou negociação nos termos do Anexo II adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

5.18.4.1. O prazo de envio dos anexos será definido pelo pregoeiro no momento da solicitação, respeitando o prazo mínimo de 2 (duas) horas.

5.18.4.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

5.19. Após a negociação do preço e recebimento da proposta detalhada, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e aos impedimentos de participar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que estiverem ausentes, incompletos, pendentes, vencidos ou não contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.1.2. O Pregoeiro poderá fornecer um prazo inicial superior a 2 (duas) horas, até o limite de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogáveis por igual período, quando entender que o prazo mínimo estipulado poderá não ser suficiente para a adequada apresentação da documentação.

7.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único) caso as pendências não sejam sanadas.

7.4. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.5. Todos os documentos deverão ser apresentados na íntegra, sob pena de desclassificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.6. O Pregoeiro poderá efetuar diligências e complementar documentos de habilitação faltantes que possam ser obtidos eletronicamente sem custos de órgãos oficiais, pelo SICAF ou por outros sistemas mantidos por órgãos públicos.

7.7. Habilitação jurídica

7.7.1. Quando se tratar de Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.7.2. Quando se tratar de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7.3. Quando se tratar de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.4. Quando se tratar de Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7.5. Quando se tratar de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7.6. Quando se tratar de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.7.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.8. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.8.1. Certificado de Registro Cadastral no SICAF;

7.8.2. Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Nacional (certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União com abrangência das contribuições sociais (alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991);

7.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.8.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) perante a Justiça do Trabalho;

7.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.8.6. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Estadual;

7.8.7. Certidão Negativa de débito perante a Fazenda Municipal;

7.8.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.8.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.9. Qualificação Econômico-Financeira

7.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor conforme art. 69, caput, inc. II, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.9.2. As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar deste Pregão desde que comprovem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

7.10. Qualificação Técnico-Operacional:

7.10.1. Atestado(s), em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, que comprove(m) o fornecimento anterior do objeto licitado ou similar, **atendendo as seguintes quantidades:**

- **400 pacotes de 500grs de café torrado moído [lote 01];**
- **287 unidades de quaisquer dos objetos licitados no lote (chás, adoçante, açúcar) [lote 02];**
- **225 caixas de copos de água mineral (10.800 copos de 200ml). [lote 03]**

7.10.1.1. Será aceita a somatória de atestados para atingir a porcentagem exigida, porém um dos atestados deverá contemplar 60% das quantidades exigidas no item 7.10.1.

7.10.1.2. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, exigido no subitem 7.10.1. deve estar em papel timbrado, com a devida identificação e assinatura do responsável, devendo possuir ainda os nomes e telefones dos contatos do emissor.

7.10.1.3. O atestado de capacidade operacional poderá ser objeto de diligência, a critério desta Câmara Municipal, para verificação de autenticidade de seu conteúdo.

7.11. Outras Considerações sobre a Habilitação

7.11.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.11.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, ainda, o previsto no item 7.1.1.

7.11.3. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País.

7.11.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

7.11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.11.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

7.11.14. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.11.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.16. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.11.17.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.17.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.11.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

7.11.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.11.22. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no prédio da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste situado na Rodovia SP 306 n.º 1001, Bairro Jardim Primavera – Santa Bárbara d'Oeste – SP.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação quando exigível;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual e prazo estabelecidos no Contrato e no Edital.

9.4.1. A multa para as infrações elencadas nos itens 9.1.1. a 9.1.2. e subordinados será de 1% a 2% do valor estimado da contratação.

9.4.2. A Multa para as infrações elencadas no item 9.1.3 será de 5% a 10% do Valor Estimado da Contratação.

9.4.3. A Multa para as infrações elencadas nos itens 9.1.4 a 9.1.6 será de 10% a 30% do Valor Estimado da Contratação.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, incisos IV, V, VI, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, incisos VIII ao XII, da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, incisos IV, V, VI, da referida Lei, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.9.1. A intimação das empresas poderá ser feita via e-mail registrado no SICAF, tendo o prazo contado a partir do dia útil seguinte a seu envio, independente de confirmação, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas;

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. Do mesmo modo, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

10.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail: **compras2@camarasantabarbara.sp.gov.br**.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Fica designado para a realização desta licitação o sr. Guilherme Trevizoli Salomão, ou em sua ausência, a sra. Sueli de Fátima Dellagracia Margato.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico "<https://www.camarasantabarbara.sp.gov.br/Licitacao>".

11.12. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e aprovação desta Câmara Municipal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.12.1. A convocação citada acima será feita preferencialmente por meio eletrônico, através do e-mail fornecido pela adjudicatária durante a habilitação ou no SICAF.

11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Apêndice I do Anexo III - MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

Apêndice II do Anexo III – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE-SP

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de março de 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

PAULO CÉSAR AOYAGUI

Subscritor do Edital

Diretoria Administrativa



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (De acordo com Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/2021)

PROCESSO Nº 162 /2026

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada no fornecimento gêneros alimentícios - café moído, açúcar, chás, adoçante e água mineral de copo 200ml - conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e anexos.

Unidade Solicitante: Setor de Suprimentos e Patrimônio - Almoxarifado

Fundamento: Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021)

Critério de seleção: Menor preço.

ETP: 01/2026 - UASG 926776

Valor Estimado: R\$ R\$ 37.498,43 (trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos)

Elemento de despesa: ficha nº5 – 3.3.90.30.07 – Gênero de Alimentícios - subelemento nº 07 – Gênero de alimentação

Tipo de ajuste: Contrato 12 meses

Execução do objeto: Material - ÚNICA - Item 4.1.2.1.1

Permitida Subcontratação: Não.

1. DO OBJETO E DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de gênero alimentício: café moído, açúcar, chás, adoçante e copos de água mineral. A compra dos materiais listados é indispensável para o atendimento das necessidades de repor o estoque do almoxarifado a fim de atender os setores da copa/cozinha, presidência e, conseqüentemente, às da Casa.

1.1. QUANTIFICAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	QTDE
1	Café em pó: Café Especial, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">- tipo superior;- torrado e moído;- constituído de, no mínimo, 85% de grãos arábica, são e limpos, podendo conter até 15% de grãos conilon; e com um máximo de até 10% de grãos pretos/verdes/ ardidos, preto/ verdes/ fermentados;- impurezas (cascas e paus) em, no máximo, 1%;- cor médio/moderadamente escuro a médio claro;- bebida dura ou melhor;- isento de bebida rio ou riozona;- pó homogêneo, com odor, aroma e sabor residual típicos;	PCT	Até 800



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

	<ul style="list-style-type: none">- amargor moderado;- umidade de, no máximo, 5%;- nota de qualidade global superior mínima de 6,0 pontos na escala sensorial, fazendo uso da escala de avaliação de 0 a 10 pontos;- embalado a vácuo, em embalagem aluminizada (tipo tijolinho) em pacote contendo 500 gramas do café;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega estampado na embalagem;		
2	<p>Açúcar branco/cristal pacote com 5kg, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">- Processado da cana de açúcar;- Com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce;- Com teor de sacarose mínimo de 99% p/p;- Umidade máxima de 0,3% p/p;- Sem fermentação;- Isento de sujidades, parasitas, materiais ferrosos e detritos animais ou vegetais;- Acondicionado em saco de polietileno leitoso ou transparente, atóxico, resistente e termosoldado;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega.	PCT	Até 80
3	<p>Adoçante Dietético Líquido;</p> <ul style="list-style-type: none">- Composto de sucralose e outros Ingredientes permitidos;- Frasco com 100ml com bico dosador;- Deve constar data de fabricação e prazo de validade, com prazo mínimo de validade na data de entrega de 16 meses.- O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente.	FR	Até 20
4	<p>Chá de Camomila</p> <ul style="list-style-type: none">- Composto de flores de camomila, isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primaria sache individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;	CX	Até 75



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

	<ul style="list-style-type: none">- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- E suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa.		
5	Chá de Erva Cidreira <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e ramos de erva cidreira (<i>Melissa Officinalis</i>);- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primária sachê individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundária caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	CX	Até 75
6	Chá erva doce <ul style="list-style-type: none">- Composto de composto de sementes de erva doce;- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primária sachê individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundária caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	CX	Até 75
7	Chá de hortelã <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e ramos de Hortelã (<i>Mentha piperita L.</i>)- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primária sachê individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundária caixa de papel cartão;	CX	Até 100



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

	<ul style="list-style-type: none">- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;		
8	Chá de Erva Mate Queimado Ou Tostado <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e talos de erva mate (ilex Paraguariensis);- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primária de plástico contendo 250g;- Embalagem secundária caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 16 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	CX	Até 150
9	Água mineral natural sem gás - copo de 200 ml <ul style="list-style-type: none">- Água mineral natural sem gás, potável, atóxica e inodora, acondicionada em copo descartável de 200 ml, lacrado e intacto, confeccionado em plástico não reciclado, resistente, transparente e incolor, contendo informações sobre a classificação e características físico-químicas do produto e demais informações exigidas pela legislação vigente.- Caixa contendo 48 copos;- Validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega.	CX	Até 450

2. DAS REGULAMENTAÇÕES

Todos os produtos ofertados deverão atender às seguintes regulamentações ou suas versões mais recentes:

2.1. Para o item **café em pó**:

2.1.1. Resolução SAA-28, de 01/06/2007, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo;

2.1.2. Resolução SAA-30, de 22/06/2007, da Secretaria de Agricultura Abastecimento do Estado de São Paulo;

2.1.3. ANVISA – RDC nº 716, de 01/07/2022;

2.1.4. ANVISA – RDC 727, de 01/07/2022;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- 2.1.5. ANVISA – RDC nº 722, de 01/07/2022;
- 2.1.6. ANVISA – RDC nº 623, de 09/03/2022;
- 2.1.7. Portaria Inmetro nº 248, de 17/07/2008.

2.2. Para o item **açúcar branco cristal**:

- 2.2.1. NTA 53 do Decreto nº 12.486, de 20 de outubro de 1978;
- 2.2.2. ANVISA – RDC nº 723, de 01/07/2022;
- 2.2.3. ANVISA – RDC nº 724, de 01/07/2022;
- 2.2.4. ANVISA - RDC nº 727, de 01/07/2022;
- 2.2.5. ANVISA - RDC nº 729, de 01/07/2022.

2.3. Para o item **adoçante dietético**:

- 2.3.1. ANVISA – RDC nº 727, de 01/07/2022;
- 2.3.2. ANVISA – RDC nº 429, de 08/10/2020;
- 2.3.3. ANVISA – RDC 723, de 01/07/2022;
- 2.3.4. ANVISA - RDC Nº 271, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.

2.4. Para os itens **chás**:

- 2.4.1. ANVISA – RDC nº 727, de 01/07/2022;
- 2.4.2. ANVISA – RDC nº 716, de 01/07/2022.

2.5. Para o item **copo de água mineral**

- 2.5.1. ANVISA – RDC nº 717, de 01/07/2022;
- 2.5.2. ANVISA – RDC nº 724, de 01/07/2022;
- 2.5.3. ANVISA – RDC 727, de 01/07/2022;
- 2.5.4. Portaria nº 470, de 24/11/1999, do Ministério das Minas e Energia.

3. DAS EMBALAGENS

3.1. Para o item **café em pó**:

3.1.1. Embalagem Primária

3.1.1.1. Embalagem de material flexível, atóxica, resistente, hermeticamente fechada por processo a alto vácuo (tijolinho), em pacotes com capacidade para 500 (quinhentos) gramas;

3.1.1.2. A rotulagem deve estar impressa no pacote, não sendo tolerada a presença de etiqueta autoadesiva com a descrição do produto;

3.1.1.3. Cada embalagem do produto (tijolinho) deverá conter:

3.1.1.3.1. Denominação de venda do produto (nome, marca);

3.1.1.3.2. Nome e endereço e/ou CNPJ do fabricante e/ou produtor;

3.1.1.3.3. Identificação da origem (nome e endereço do fabricante, país de origem expresso "Indústria...", "Fabricado em "Produto..." e, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador);

3.1.1.3.4. Data de fabricação e/ou Lote;

3.1.1.3.5. Prazo ou data de validade;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- 3.1.1.3.6. Conteúdo líquido;
- 3.1.1.3.7. Condições de armazenamento;
- 3.1.1.3.8. Indicações de uso e demais orientações que conduzam a uma boa orientação ao consumidor.

3.2. Para o item **açúcar branco/cristal**:

- 3.2.1. Embalagem Primária:
 - 3.2.1.1. Sacos de polietileno leitoso ou transparente, atóxico, resistente, termosoldado, com capacidade para 5 (cinco) quilograma;
 - 3.2.1.2. As informações devem estar impressas na embalagem, não sendo tolerada a utilização de etiqueta autoadesiva;
 - 3.2.1.3. Número do lote OU data de fabricação;
 - 3.2.1.4. Denominação de venda do produto (nome e marca);
 - 3.2.1.5. Identificação da origem (nome e endereço do fabricante, país de origem expresso "Indústria ...", "fabricado em...", "produto ..." E. no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador);
 - 3.2.1.6. Conteúdo líquido;
 - 3.2.1.7. Condições de armazenamento.
- 3.2.2. Embalagem Secundária, quando cabível:
 - 3.2.2.1. Fardo em papel pardo ou plástico, contendo 06 (seis) pacotes de 5 (cinco) quilograma, totalizando 30(trinta) quilogramas;
 - 3.2.2.2. Data de fabricação ou data de validade ou número do lote;
 - 3.2.2.3. Denominação de venda do produto (nome do produto e marca);
 - 3.2.2.4. Identificação da origem (nome e endereço do fabricante, país de origem expresso "Indústria ...", "Fabricado em...", "Produto ..." E, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador);
 - 3.2.2.5. Conteúdo líquido;
 - 3.2.2.6. Condições de armazenamento.
 - 3.2.2.7. Empilhamento máximo.

3.3. Para o item **água mineral natural sem gás** - copo de 200 ml:

- 3.3.1. Embalagem Primária:
 - 3.3.1.1. Copo descartável de 200 ml, confeccionado em plástico não reciclado, resistente, transparente e incolor;
 - 3.3.1.2. As informações sobre a classificação e características físico-químicas do produto e demais informações exigidas pela legislação vigente devem estar impressas na embalagem, não sendo tolerada a utilização de etiqueta autoadesiva;
 - 3.3.1.3. Número do lote OU data de envase;
 - 3.3.1.4. Denominação de venda do produto (nome e marca);
 - 3.3.1.5. Identificação da origem (nome e endereço do fabricante, país de origem expresso "Indústria ...", "Fabricado em...", "produto ..." E. no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador);
 - 3.3.1.6. Conteúdo líquido;
 - 3.3.1.7. Condições de armazenamento.
- 3.3.2. Embalagem Secundária:
 - 3.3.2.1. Caixa contendo 48 (quarenta e oito) copos de 200 ml;
 - 3.3.2.2. Data de envase ou data de validade ou número do lote;
 - 3.3.2.3. Denominação de venda do produto (nome do produto e marca);



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

3.3.2.4. Identificação da origem (nome e endereço do fabricante, país de origem expresso "Indústria ...", "Fabricado em...", "Produto ..." E, no caso de produto importado, nome ou razão social e endereço do importador);

3.3.2.5. Conteúdo líquido;

3.3.2.6. Condições de armazenamento.

3.3.2.7. Empilhamento máximo.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A compra dos materiais é indispensável para o atendimento das necessidades de repor o estoque do almoxarifado a fim de atender os setores da copa/cozinha, presidência e, consequentemente, às da Casa. A aquisição de água mineral em copo e café, bem como de seus complementos - açúcar e adoçante - se faz essencial para atender às constantes demandas deste órgão, suprimindo as necessidades de consumo dos vereadores, assessores, servidores e visitantes. A aquisição de copos de água mineral se justifica pela praticidade, higiene, segurança sanitária e conveniência em eventos e reuniões. É uma solução ideal para garantir a hidratação rápida sem necessidade de copos reutilizáveis ou bebedouros. Os demais insumos alimentícios se justificam em função do consumo de café fazer com que o cérebro permaneça mais atento e capaz para as atividades intelectuais diárias, além de estimular a atenção, memória e concentração; isto se dá pelo fato da cafeína atuar de forma benéfica, estimulando o sistema de vigília do cérebro, contribuindo ainda para manter um elevado nível de atenção nas ações. O café, assim como o chá, promove a melhoria do ambiente de trabalho, bem como a humanização dos servidores durante o expediente, o que proporciona um melhor desempenho do trabalho.

4.2. O presente Termo de Referência é parte integrante do Processo Administrativo nº 162 /2026, que possui estudo técnico preliminar sob nº 01/2026 - UASG 926776.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratada deverá:

5.1.1. Emitir nota fiscal pelos serviços prestados (NF-e, modelo 55);

5.1.2. Possuir inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.3. Não estar impedida de contratar com a Administração pública;

5.1.4. Estar em regularidade perante a Previdência Social – INSS e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

6. DO CONTRATO:

6.1. A contratada deverá assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma vez, por igual período, mediante solicitação da contratada e aprovação desta Câmara Municipal, sob pena de



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência e da lei 14.133/2021.

6.1.1. A convocação acima será feita nos moldes do item CONTATO previsto neste Termo de Referência;

6.1.2. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos nos termos e limites da lei.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO – PRAZO, LOCAL E RECEBIMENTO

7.1. Execução do Objeto:

7.1.1. A entrega dos produtos, os objetos poderão ser fornecidos da seguinte forma:

a) Para os itens: **café moído, açúcar branco/cristal, adoçante, chás.**

7.1.1.1. Única, ou fracionada, desde que, não ultrapasse o prazo de 15 (quinze) dias corridos após o envio por e-mail ou aplicativo de mensagem, da ordem de serviço das quantidades estimadas, que poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa (escrita), que será analisada e deliberada pela Câmara;

7.1.1.2. No caso dos produtos café, açúcar cristal, adoçante, e chá tostado o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **16 (dezesseis) meses**; e para os chás em sachês o prazo de validade na data de entrega não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**.

b) Para o item **água mineral natural sem gás** - copo de 200 ml:

7.1.1.3. A entrega do objeto será de forma fracionada de acordo com a demanda e necessidade desta Casa, aproximadamente em torno de 40 (quarenta) caixas ao mês.

7.1.1.4. O setor requisitante entrará em contato com o fornecedor antecipadamente **3 (três) dias** antes, comunicando a quantidade a ser entregue.

7.1.1.5. O prazo de validade na data de entrega não poderá ser inferior a **9 (nove) meses**.

7.2. Local da Entrega do Objeto

7.2.1. A prestação do serviço/entrega dar-se-á no seguinte endereço: Rodovia Luís Ometto, SP-306, 1001 - Res. Dona Margarida, Santa Bárbara d'Oeste - SP, CEP 13451-902, mediante agendamento prévio junto ao setor requisitante, e deverá ser realizada em dias úteis (segunda a sexta-feira, exceto feriados);

7.2.2. As operações de carga, transporte de material ou pessoas (serviços) e descarga correm por conta e risco da Contratada e os entregadores ou prestadores de serviços deverão apresentar-se adequadamente trajados e identificados;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.3. Recebimento do Objeto

7.3.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3.2. Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.3.3. Serviço(s) ou entrega poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades prevista na Cláusula 08 e nos art. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021.

8. CONTATO:

8.1. As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, seja por e-mail ou qualquer aplicativo de mensagem;

8.2. O(s) contato(s) eletrônico(s) fornecido(s) na proposta é considerado de uso contínuo da empresa válido para notificações, aviso de autorização de fornecimento ou ordem de serviço, independe de recibo de recebimento da mensagem, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas;

9. FISCALIZAÇÃO:

9.1. Fiscal Técnico:

9.1.1. O fiscal técnico é o Setor Requisitante, ou, na sua ausência, pelo seu superior hierárquico;

9.1.2. O fiscal técnico emitirá Termo de Aviso de Fornecimento ou de Ordem de Serviço com a comunicação da contratada.

9.1.3. No caso de entrega de materiais:

9.1.3.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção do objeto, determinando prazo para a sua troca;

9.1.3.2. No caso de atraso de entrega, o fiscal técnico deve entrar em contato com contratado por mensagem eletrônica e se for o caso também por telefone, anotar no processo administrativo;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

9.2. Gestor do Contrato:

9.2.1. Realizar a formalização do contrato, recolhendo assinatura, publicações no DOE, registro no sistema do contrato e quando for o caso (valor igual ou superior a 250 UFESPs) informar o setor suprimento e manutenção para realização cadastro na AUDESP;

9.2.2. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

9.2.3. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnicos, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

9.2.4. Responsável pela solicitação de aplicação das sanções cabíveis, com a garantia da defesa prévia à Contratada.

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

9.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Das obrigações do Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.7. Promover o recebimento provisório e o definitivo;

10.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

10.2. Das obrigações da Contratada

10.2.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no aviso e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.2.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de conclusão, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.2.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2.6. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do objeto.

10.2.7. O carregamento e descarregamento dos produtos ficam inteiramente por conta da contratada.

10.2.8. A contratada deverá avisar e agendar com antecedência a data para entrega do objeto e prestação dos serviços através do e-mail: almoxarifado@camarasantabarbara.sp.gov.br.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

10.2.9. Informar à Contratante, sempre que houver alteração, nome, endereço, telefone e e-mail do responsável a quem deve ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.

10.2.10. Acondicionar devidamente os produtos, de forma a não danificá-los durante operações de transporte, carga e manuseio.

10.2.11. A contratada tem a obrigação de defender a expressa exclusão da Contratante do polo passivo das reclamações trabalhistas eventualmente ajuizadas por seus empregados;

10.2.12. Assumir, objetivamente, inteira **responsabilidade civil e administrativa** pela execução dos serviços por qualquer dano ou prejuízo, pessoal ou material, causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, sem alteração do prazo estipulado para a execução do objeto, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Câmara ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.1. Havendo divergência entre as informações descritas neste Termo e aquelas constantes no edital, prevalecem as do Edital.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. A sanção prevista neste Termo de Referência, calculada na forma do valor da proposta ou da contratação, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1;

11.2.4.2. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

11.2.4.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

11.2.4.5. Compensatória, para as infrações descritas no item 11.1 alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.4.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 11.1 na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

11.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita no item 11.1 na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.4.8. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no item 8.1 na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 30% (30 por cento) do valor da contratação;

11.2.4.9. Compensatória, para a infração descrita no item 11.1 na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 20% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

11.9.1. A intimação das empresas poderá ser feita via e-mail registrado no SICAF, tendo o prazo contado a partir do dia útil seguinte a seu envio, independente de confirmação, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas;

11.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

11.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias após a certificação da execução dos serviços ou entrega, com a apresentação da nota fiscal, devidamente aprovada pelo responsável do Setor Requisitante, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.1.1. O pagamento referente à entrega parcial do objeto será efetuado dentro de 10 (dez) dias corridos após aquela, acompanhada da correspondente nota fiscal/fatura, devidamente aprovada pelo Setor Requisitante.

12.2. Os pagamentos estão sujeitos, no que couber, ao Decreto Municipal nº 7.468 de 25 de agosto de 2023, que trata da retenção do Imposto de Renda (IR) dos fornecedores contratados pelo poder público, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, alterada pela IN 2.145/2023.

12.3. Deverão constar do documento fiscal, o Banco, o número da conta corrente e a agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

12.4. O pagamento fica condicionado à apresentação também de prova de recolhimento dos encargos devidos ao INSS e ao FGTS.

12.5. Se forem constatados erros no documento fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando este a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

12.7. Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de abril de 2011, os contribuintes (exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

12.8 Na hipótese de a **CONTRATANTE**, por sua exclusiva responsabilidade, não efetuar o pagamento na data apazada, o valor da nota fiscal/fatura será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados “*pro-rata-die*”

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

13.3. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõem.

Santa Bárbara d'Oeste/SP, 18 de março de 2026.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Sueli de Fátima Dellagràcia Margato
Agente Administrativo - Almoxarifado

Responsável pela revisão do Termo de Referência:

Fernando Miqueloto Kawai
Chefe do Setor de Suprimentos e Patrimônio



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9002/2026

Integra a presente proposta comercial o Termo de Referência elencado no **Anexo I** do edital da licitação em referência, a qual a licitante(nome da empresa) DECLARA ter plena ciência e conhecimento, comprometendo-se a cumprir suas determinações e características fielmente para a execução do objeto contratual.

O preço está com todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros, tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas e lucro. A proposta é válida pelo prazo de **60 (sessenta) dias**.

ATENÇÃO: Atentar-se ao Decreto Municipal nº 7.468 de 25 de agosto de 2023, que trata da retenção do Imposto de Renda (IR) dos fornecedores contratados pelo poder público, conforme instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 alterada pela IN 2145/2023.

ATENÇÃO: EXCLUIR AS TABELAS DOS LOTES NÃO CONVOCADOS. ATENÇÃO ÀS INFORMAÇÕES ADICIONAIS NO FINAL DO ANEXO.

LOTE 01				
ITEM	QTD	DESCRIPTIVO DO OBJETO	Valor Unitário	Valor Total
01	Até 800	Café em pó: Café Especial, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">- tipo superior;- torrado e moído;- constituído de, no mínimo, 85% de grãos arábica, são e limpos, podendo conter até 15% de grãos conillon; e com um máximo de até 10% de grãos pretos/ verdes/ ardidos, preto/ verdes/ fermentados;- impurezas (cascas e paus) em, no máximo, 1%;- cor médio/moderadamente escuro a médio claro;- bebida dura ou melhor;- isento de bebida rio ou riozona;- pó homogêneo, com odor, aroma e sabor residual típicos;- amargor moderado;- umidade de, no máximo, 5%;- nota de qualidade global superior mínima de 6,0 pontos na escala sensorial, fazendo uso da escala de avaliação de 0 a 10 pontos;- embalado a vácuo, em embalagem aluminizada (tipo tijolinho) em pacote contendo 500 gramas do café;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega estampado na embalagem;- com selo ABIC estampado na embalagem	R\$	R\$
Valor Total				R\$

Valor do lote 01 por extenso R\$ (.....)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

LOTE 02				
ITEM	QTD	DESCRIPTIVO DO OBJETO	Valor Unitário	Valor Total
01	Até 80	Açúcar branco/cristal pacote com 5kg, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">- Processado da cana de açúcar;- Com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce;- Com teor de sacarose mínimo de 99% p/p;- Umidade máxima de 0,3% p/p;- Sem fermentação;- Isento de sujidades, parasitas, materiais ferrosos e detritos animais ou vegetais;- Acondicionado em saco de polietileno leitoso ou transparente, atóxico, resistente e termosoldado;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega.	R\$	R\$
02	Até 20	Adoçante Dietético Líquido ; <ul style="list-style-type: none">- Composto de sucralose e outros Ingredientes permitidos;- Frasco com 100ml com bico dosador;- Deve constar data de fabricação e prazo de validade, com prazo mínimo de validade na data de entrega de 16 meses.- O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente.	R\$	R\$
03	Até 75	Chá de Camomila <ul style="list-style-type: none">- Composto de flores de camomila, isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primaria sache individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- E suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa.	R\$	R\$
04	Até 75	Chá de Erva Cidreira <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e ramos de erva cidreira (melissa Officinalis);- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primaria sache individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedi-	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

		mentos adm. determinados pela Anvisa;		
05	Até 75	Chá erva doce <ul style="list-style-type: none">- Composto de composto de sementes de erva doce;- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primaria sache individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	R\$	R\$
06	Até 100	Chá de hortelã <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e ramos de Hortelã (<i>Mentha piperita L.</i>)- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primaria sache individual (mínimo 1 grama) contendo 10 sachês;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 12 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	R\$	R\$
7	Até 150	Chá de Erva Mate Queimado Ou Tostado <ul style="list-style-type: none">- Composto de folhas e talos de erva mate (<i>ilex Paraguariensis</i>);- Isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos;- Embalagem primária de plástico contendo 250g;- Embalagem secundaria caixa de papel cartão;- Com validade mínima de 16 meses na data da entrega;- e suas condições deverão estar de acordo com a legislação vigente;- Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos adm. determinados pela Anvisa;	R\$	R\$
Valor Total				R\$

Valor do lote 02 por extenso R\$

(.....)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

LOTE 03				
ITEM	QTD	DESCRIPTIVO DO OBJETO	Valor Unitário da caixa	Valor Total
01	Até 450 caixas (21600 copos)	Água mineral natural sem gás - copo de 200 ml - Água mineral natural sem gás, potável, atóxica e inodora, acondicionada em copo descartável de 200 ml, lacrado e intacto, confeccionado em plástico não reciclado, resistente, transparente e incolor, contendo informações sobre a classificação e características físico-químicas do produto e demais informações exigidas pela legislação vigente. - Caixa contendo 48 copos; - Validade mínima de 9 meses a contar da data de entrega.	R\$	R\$
Valor Total				R\$

Valor do lote 03 por extenso R\$ (.....)

Valor da proposta por extenso:

PARA O PAGAMENTO: conforme o item 11 do termo de referência;

PRAZO DE ENTREGA: conforme o item 7.1. A do termo de referência;

LOCAL DE ENTREGA: conforme o item 7.2. do termo de referência.

Cidade,..... de de 2026.

[Assinatura Eletrônica do Representante legalmente constituído]

Nome da Empresa:

CNPJ:

Nome do Representante:

RG:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE E A EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE CAFÉ MOÍDO, AÇÚCAR, ADOÇANTE, CHÁS, ÁGUA MINERAL EM COPO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

São partes neste contrato:

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, com sede na Rodovia SP 306 nº 1001, Bairro Jd. Primavera, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.154.549/0001-34, daqui em diante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu PRESIDENTE, Sr., RG nº- SSP/SP, CPF nº

CONTRATADA:

....., sediada na Rua nº, Bairro, na cidade de/SP, com CNPJ nº, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada pelo Sr., RG nº, CPF nº

FUNDAMENTO:

O presente Contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026**, constante do processo administrativo protocolizado sob nº **162/2026**, que faz parte integrante deste instrumento, incluído nele as regras do Termo de Referência e Anexos, e sujeita-se as regras da **Lei Federal nº 14.133/2021**, com as alterações introduzidas pelas leis posteriores, e pelas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

Através do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se ao fornecimento de café moído, açúcar, adoçante, chás, água mineral em copo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos **do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026 e demais disposições deste contrato.**

1.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002./2026 e seus Anexos;
- b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA**;
- c) Ata da sessão/Relatório de Homologação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

1.2. QUANTIFICAÇÃO: **[adaptado conforme o lote]**

ITEM	QTD	DESCRIPTIVO DO OBJETO
1	Até 800	Café em pó tipo superior torrado e moído embalado a vácuo, embalagem com 500 gr.
2	Até 80	Açúcar branco/cristal pacote com 5kg
3	Até 20	Adoçante Dietético Líquido Composto de sucralose e outros Ingredientes permitidos, frasco com 100ml com bico dosador
4	Até 75	Chá de Camomila, embalagem com 10 sachês
5	Até 75	Chá de Erva Cidreira, embalagem com 10 sachês
6	Até 75	Chá de Erva doce, embalagem com 10 sachês
7	Até 100	Chá de Hortelã, embalagem com 10 sachês
8	Até 150	Chá de Erva Mate Queimado Ou Tostado
9	Até 450 caixas	Água mineral natural sem gás - copo de 200 ml - cx 48 copos

2. CLÁUSULA 2 – DOS VALORES E RECURSOS

2.1. O valor total do presente contrato é de R\$. (.....).

2.2. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte classificação econômica constante do orçamento vigente da CONTRATANTE e na correspondente do exercício futuro:

3.3.90.30.07 – Gênero de Alimentícios – R\$

2.3. Os preços unitários de cada item são: **[adaptado conforme o lote]**

ITEM	QTD	OBJETO	Custo unitário	Custo total
1	800	Café moído	R\$	R\$
2	80	Açúcar branco/cristal	R\$	R\$
3	20	Adoçante Dietético Líquido	R\$	R\$
4	75	Chá de Camomila	R\$	R\$
5	75	Chá de Erva Cidreira	R\$	R\$
6	75	Chá de Erva doce	R\$	R\$
7	100	Chá de Hortelã	R\$	R\$
8	150	Chá de Erva Mate Queimado Ou Tostado	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

9	450	Água mineral natural sem gás - copo de 200 ml – cx 48 copos	R\$	R\$
			VALOR TOTAL:	R\$

2.4. Os preços são fixos e irredutíveis e incluem todos os impostos, taxas, contribuições sociais, fretes e todas as demais despesas incidentes sobre este contrato, não sendo aceita nenhuma outra cobrança sob qualquer hipótese.

2.5. Data-base da proposta: xx/xx/2026

3. CLÁUSULA 3 – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos nos termos e limites da lei.

3.2. Para os itens café moído, açúcar branco/cristal, adoçante, chás a entrega poderá ser única, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato, que poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa (escrita), que será analisada e deliberada pela Câmara.

3.2.1. Poderá ser fracionada ou parcelada, os produtos poderão ser fornecidos no prazo de entregas parceladas, desde que, a primeira entrega fracionada não ultrapasse o prazo inicial descrita no item 3.2.

3.2.3. Para o item água mineral natural a entrega será de forma fracionada de acordo com a demanda e necessidade da Casa, aproximadamente em torno de 40 (quarenta) caixas ao mês.

CLÁUSULA 4 - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Aplicar item 9 do Termo de Referência (Anexo I);

5. CLÁUSULA 5 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no aviso e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de conclusão, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

- 5.1.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 5.1.5.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 5.2.** Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagens, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do objeto.
- 5.3.** O carregamento e descarregamento dos produtos ficam inteiramente por conta da contratada.
- 5.4.** A contratada deverá avisar e agendar com antecedência a data para entrega do objeto e prestação dos serviços.
- 5.5.** Informar à Contratante, sempre que houver alteração, nome, endereço, telefone e e-mail do responsável a quem deve ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 5.6.** Acondicionar devidamente os produtos, de forma a não danificá-los durante operações de transporte, carga e manuseio.
- 5.7.** A contratada tem a obrigação de defender a expressa exclusão da Contratante do polo passivo das reclamações trabalhistas eventualmente ajuizadas por seus empregados;

6. CLÁUSULA 6 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 6.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 6.7.** Promover o recebimento provisório e o definitivo;
- 6.8.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

7. CLÁUSULA 7 – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

7.1. Aplicar item 12 do Termo de Referência (Anexo I);

8. CLÁUSULA 8 - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1. A **CONTRATADA** não poderá, em nenhuma hipótese, transferir ou subcontratar o presente Contrato no todo ou em parte.

9. CLÁUSULA 9 – DA EXTINÇÃO

9.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a extinção ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

10. CLÁUSULA 10 – DAS PENALIDADES

10.1. Aplicar item 11 do Termo de Referência (Anexo I).

11. CLÁUSULA 11 – DOS RECURSOS

11.1. As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 165, 166, 167 e 168 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.

11.2. A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a CONTRATADA de protocolizar diretamente os originais na Câmara Municipal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.

11.3. O não protocolo dos originais no prazo estipulado, ou o protocolo de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

12. DA ASSINATURA DIGITAL

12.1 O contrato pode ser assinado digitalmente pelas partes, de modo a dar validade jurídica aos documentos apresentados, nos termos da Lei Federal 14.063/2020;

12.2 Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei;

12.3 A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico, inclusive pelo assinador Gov.br;

12.4 O contrato que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e digitalizados, não serão aceito.

12.5 As assinaturas digitais aplicadas a este contrato, seus aditivos ou documentos anexos só produzirão efeitos jurídicos após verificação por Validador de Assinaturas Digitais com padrão ICP-Brasil ou sistema próprio da Administração Pública como o Gov.br;

12.6. O site padrão para verificação das assinaturas digitais será o <https://validar.iti.gov.br/> , podendo ser adotado outros sites que possua idoneidade, atendam às exigências legais e padrões de segurança.

13. CLÁUSULA 13 - DO FORO



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

13.1. Fica eleito o foro de Santa Bárbara d'Oeste - SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

14. CLÁUSULA 14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

14.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

14.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.

14.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

14.5. E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, de de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

PRESIDENTE

.....
CONTRATADA

.....
Representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:
RG:

Nome:
CPF:
RG:



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

APÊNDICE 1 DO ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada, inscrita no CNPJ sob o número....., com sede em....., doravante designada Signatário, neste ato representada por....., inscrito(a) no CPF sob o número....., aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

....., inscrito(a) no CPF sob o número, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato / .

2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.

3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.

4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.

5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.

6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.

9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

_____, de _____ de _____.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

APÊNDICE 2 DO ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2026

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de móveis de escritório, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e anexos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Bárbara d'Oeste, de de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo: PRESIDENTE

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: PRESIDENTE

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: PRESIDENTE

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo: PRESIDENTE

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____